

IJDL

International Journal of DIGITAL LAW

IJDJL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW



Editor-Chefe

Prof. Dr. Emerson Gabardo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e
Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

Editores Associados

Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta, Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, Curitiba – PR, Brasil
Prof. Dr. Juan Gustavo Corvalán, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Editores Adjuntos

Me. Fábio de Sousa Santos, Faculdade Católica de Rondônia, Porto Velho – RO, Brasil
Me. Igggor Gomes Rocha, Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, Brasil
Me. Lucas Bossoni Saikali, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

Presidente do Conselho Editorial

Profa. Dra. Sofia Ranchordas, University of Groningen, Groningen, Holanda

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Saddy, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil
Profa. Dra. Annappa Nagarathna, National Law School of India, Bangalore, Índia
Profa. Dra. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
Profa. Dra. Diana Carolina Valencia Tello, Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia
Prof. Dr. Endrius Cocciolo, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha
Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Dra. Irene Bouhadana, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
Prof. Dr. Mohamed Arafa, Alexandria University, Alexandria, Egito
Profa. Dra. Obdulia Taboadela Álvarez, Universidad de A Coruña, A Coruña, Espanha
Profa. Dra. Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof. Dr. William Gilles, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Profa. Dra. Lyria Bennett Moses, University of New South Wales, Kensington, Austrália

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

FORUM

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

IN61 International Journal of Digital Law – IJDJL – ano 1, n. 1
(abr. 2020) – Belo Horizonte: Fórum, 2020.

Quadrimestral; Publicação eletrônica
ISSN: 2675-7087

1. Direito. 2. Direito Digital. 3. Teoria do Direito. I. Fórum.

CDD: 340.0285
CDU: 34.004

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

Contents

European Green Deal, digital economy, and blockchain: the path to sustainability?

European Green Deal, digitalização da economia e blockchain: o caminho para a sustentabilidade?

Luísa Cristina Pinto e Netto, Everton J. F. Menengola	11
1 Introduction	12
2 The evolution of international agreements on environmental protection.....	13
3 <i>European Green Deal</i> and digital economy.....	19
4 Blockchain and sustainability	22
5 Conclusion.....	27
References	29

Data protection regulation: a comparative law approach

Proteção de dados: estudo comparado de normas nacionais

Marcus Abreu de Magalhães	33
1 Introduction	34
2 Study problem and methodology.....	36
3 European GDPR	39
3.1 Territorial Scope.....	39
3.2 Lawful, fair, and transparent processing.....	39
3.3 Limitation of purpose, data, and storage	39
3.4 Disclosure	40
3.5 Consent	40
3.6 Personal data breaches	40
3.7 Privacy by Design	40
3.8 Data Protection Impact Assessment	41
3.9 Data transfers and data tracking	41
3.10 Data Protection Officer.....	41
3.11 Awareness and training.....	41
3.12 Penalties	42
4 California US – California Consumer Privacy Act (CCPA)	42
4.1 Territorial Scope.....	42
4.2 Disclosure and Consent.....	42
4.3 Data Security	43
4.4 Data Transfer.....	43
4.5 Data Protection Officer.....	43
4.6 Penalties	43
5 Brazilian LGPD	44
5.1 Territorial Scope.....	44
5.2 Limitation of purpose, data, and storage	44
5.3 Data Security	45

5.4	Rights of Citizens	45
5.5	Data Protection Officer.....	45
5.6	Awareness and training.....	45
5.7	Personal data breaches	46
5.8	Penalties	46
6	China Data Privacy Framework.....	46
6.1	Territorial Scope.....	49
6.2	Disclosure	49
6.3	Consent	50
6.4	Personal data breaches	50
6.5	Data transfers and data tracking	50
6.6	Data Protection Officer.....	50
6.7	Awareness and training.....	51
6.8	Penalties	51
7	Conclusions.....	51
	References	52

Controle social e o paradigma da Administração Pública digital no Brasil

Social control and the digital public administration paradigm in Brazil

José Sérgio da Silva Cristóvam, Orides Mezzaroba, Paulo Ricardo Maroso Pereira	55	
1	Introdução	56
2	Sobre o paradigma da Administração Pública digital.....	57
3	Controle digital da Administração Pública	61
4	Controle social digital da Administração Pública brasileira	67
5	Considerações finais	73
	Referências	74

Tecnologia *blockchain* para otimização das transações empresariais no Direito Societário

Blockchain technology for optimizing transactions in corporate law

Giovani Ribeiro Rodrigues Alves, Renata Carvalho Kobus, Dunia Hammoud Fawaz	79	
1	Introdução	80
2	O atual cenário: Quarta Revolução Industrial.....	81
3	A tecnologia <i>blockchain</i> como geradora de eficiência empresarial	82
3.1	A utilização dos <i>smart contracts</i> pelos empresários	87
3.2	Registro dos contratos pelas juntas comerciais na plataforma <i>blockchain</i>	90
3.3	Aplicabilidade da tecnologia <i>blockchain</i> nas assembleias gerais de credores	91
3.4	O uso da tecnologia <i>blockchain</i> para resolução de conflitos.....	94
4	Considerações finais	95
	Referências	96

A garantia de autenticidade e autoria por meio de *Non-Fungible Tokens* (NFTs) e sua (in)validade para a proteção de obras intelectuais

The guarantee of authenticity and authorship through Non-Fungible Tokens (NFTs) and its (in)validity for the protection of intellectual works

Hugo Leonardo Barboza, Ariê Scherreier Ferneda, Liz Beatriz Sas	99	
1	Introdução	100

2	A proteção do direito autoral e o registro de obras intelectuais	101
3	<i>Non-fungible tokens</i> (NFT) e a (in)validade do registro de autenticidade de obras artísticas	108
4	Considerações finais	115
	Referências	115

Competence to regulate streaming in Brazil: an analysis of the roles of the Ministry of Science, Innovation, Technology and Communication, Anatel and Ancine

A competência para regular os serviços de streaming: uma análise da atuação do Ministério da Ciência, Inovação, Tecnologia e Comunicação, da Anatel e da Ancine

Lucas Bossoni Saikali	119
1 Introduction	120
2 The definition and legal category of streaming services in Brazil	121
3 The regulatory power of the Ministry of Science, Innovation, Technology and Communication	124
4 The competence of the National Telecommunications Agency	126
5 The sectorial role of the Nacional Cinema Agency	129
6 Conclusion.....	133
References	134

Aspectos controvertidos no uso da prova digital no ordenamento jurídico brasileiro

Controversial aspects in the use of the digital evidence in the Brazilian Legal System

Marco Antonio Lima Berberi, Bruna de Oliveira Cordeiro Hanthorne	137
1 Introdução	138
2 O direito constitucional à prova no Estado Democrático de Direito.....	140
3 Conceito de prova e meios probatórios	142
4 Conceito e natureza jurídica da prova digital	144
5 Admissibilidade da prova digital: autenticidade, integridade e confiabilidade	148
6 Prova digital na prática jurídica e aspectos controvertidos no processo civil	153
7 Considerações finais	162
Referências	163

A governança digital na Administração Pública: considerações sobre a democracia participativa e desafios para a efetiva participação popular

Digital governance in public administration: considerations on participatory democracy and challenges for effective popular participation

Fábio Lins de Lessa Carvalho, Gilvan Martins de Souza Filho	167
1 Introdução	168
2 O Estado Democrático e a participação popular na Administração Pública.....	169
2.1 Elementos históricos e conceituais do princípio democrático	169
2.2 Aspectos da participação popular na Administração Pública.....	172
2.2.1 Riscos da excessiva participação popular.....	174

3	A democracia participativa: obstáculos e necessidades.....	175
3.1	Considerações sobre a democracia participativa.....	175
3.2	Obstáculos à efetivação da democracia participativa.....	176
4	Governança digital: o impacto das tecnologias de informação e comunicação na democratização administrativa	177
4.1	A “sociedade da informação” e a “ciberdemocracia”.....	177
4.2	Reflexos sociopolíticos da revolução comunicativa	178
4.2.1	Ameaças do uso indiscriminado das TICs.....	179
4.3	A governança digital como instrumento de democratização administrativa.....	180
5	Conclusão	182
	Referências	183

Regulação do uso comercial de *drones* no espaço aéreo urbano e sua logística para transporte de objetos nas *smart cities*

Regulation of the commercial use of drones in urban air space and its logistics for transport of objects in smart cities

Vivian Lima López Valle, João Miguel França Corcovado	185	
1	Introdução	186
2	Aspectos formais dos fenômenos tecnológicos.....	188
2.1	Classificações introdutórias a respeito de ambientes urbanos de IoT (<i>Urban IoT</i>) e cidades inteligentes (<i>smart cities</i>)	188
2.2	<i>Drones</i> – Tipos, características e aplicações na área de transportes	190
3	Serviços disruptivos e inovações tecnológicas sob a óptica jurídica.....	192
4	A regulação vigente, discussões e desafios jurídicos.....	193
4.1	Regulação vigente ANAC e DECEA	193
4.2	Ambiente de IoT – Decreto no 9.854/2019 e Resolução no 735/2020 da ANATEL	195
4.3	Discussões e desafios jurídicos	195
5	Considerações finais	197
	Referências	198

DIRETRIZES PARA AUTORES.....	201
Condições para submissões	207
Política de privacidade	208

<i>AUTHOR GUIDELINES</i>.....	211
Conditions for submissions	217
Privacy statement.....	218

Editorial

A tratativa do Direito Digital está cada vez mais sendo reconhecida como necessária pela comunidade jurídica brasileira. No dia 14 de abril de 2021 o Ministro da Educação aprovou uma resolução que altera as diretrizes curriculares do curso de graduação em Direito, que agora passa a ter como obrigatório o conteúdo do Direito Digital. A inclusão da matéria no currículo foi uma deliberação da Conselho Nacional de Educação, por proposição da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Trata-se de uma mudança acertada, considerando o forte impacto do tema em nível internacional. Aos poucos, as novas tecnologias estão dominando o cenário jurídico em diferentes searas de aplicação e é preciso estudá-las com atenção.

Todo esse quadro demonstra mais uma vez a oportunidade de publicação do *International Journal of Digital Law*, oferecendo à comunidade brasileira e global um conteúdo atual e de qualidade para o fomento da ciência e inovação. Os artigos que compõem o número 2 do volume de 2021 retratam elevado nível de pesquisa, contando com textos excelentes e originais.

Reitero meus agradecimentos à Editora Fórum pelo apoio ao projeto e pela primorosa editoração da revista.

Desejo aos leitores uma proveitosa investigação científica!

Emerson Gabardo
Editor-chefe da IJDL

Editorial

The Digital Law approach is increasingly being recognized as necessary by the Brazilian legal community. Therefore, on April 14, 2021, the Minister of Education approved a resolution that changed the curricular guidelines of the Undergraduate Law Course, which now has the content of Digital Law as mandatory. The inclusion of the subject in the curriculum was a decision of the National Council of Education, as proposed by the OAB – Brazilian Bar Association. This is the right change, considering the strong impact of the theme at the international level. Furthermore, new technologies are gradually dominating the legal scenario in different fields of application, and it is necessary to study them carefully.

This entire framework demonstrates once again the opportunity for the publication of the *International Journal of Digital Law*, offering the Brazilian and global community current and quality content to foster science and innovation. The articles that makeup number 2 of the 2021 volume portray a high level of research, with excellent and original texts.

I reiterate my thanks to Editora Fórum for supporting the project and for the exquisite editing of the magazine.

I wish readers a fruitful scientific investigation!

Emerson Gabardo
IJDL Editor in Chief

